



ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: REFLEXÕES A RESPEITO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE PROFESSORES

INTELLECTUAL DISABILITY STUDENTS: REFLECTIONS ABOUT TEACHERS' SOCIAL REPRESENTATIONS

ALUMNOS CON DISCAPACIDAD INTELECTUAL: REFLEXIONES REFERENTES LAS REPRESENTACIONES SOCIALES DE PROFESORES

Sharmilla Tassiana de Souza¹
Solange Franci Raimundo Yaegashi²

1

Resumo: O presente estudo teve por objetivo identificar as representações sociais dos professores a respeito dos alunos com deficiência intelectual. Assim, empreendemos uma revisão de literatura em artigos e dissertações publicados entre os anos de 2013 a 2017. Como referencial teórico-metodológico, respaldamo-nos na Teoria das Representações Sociais de Moscovici. Verificamos que majoritariamente os professores representam os alunos com deficiência intelectual como especiais e com dificuldades de aprendizagem, já a parcela minoritária concorda que seus alunos têm potencialidades que devem ser desenvolvidas. Concluímos que é fundamental que haja reflexões, discussões e transformações nas concepções e práticas pedagógicas dos docentes no processo educativo.

Palavras-chave: Deficiência Intelectual. Representações Sociais. Professores. Alunos. Inclusão.

Abstract: The present study sought to identify teachers' social representations of students with intellectual disabilities. Therefore, we undertook a literature review in articles and dissertations published between 2013 and 2017. As a theoretical-methodological framework, we are based on the Theory of Social Representations of Moscovici. We found that most teachers represent students with intellectual disabilities as special and with difficulties in learning, while the minority agrees that their students have potentialities that must be developed. We concluded that is fundamental that there may be reflections and discussions, transformations in teachers' conceptions and pedagogical practices in the educational process.

Keywords: Intellectual Disability. Social Representations. Teachers. Students. Inclusion.

¹Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá. Especialista em Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade Unina. <https://orcid.org/0000-0002-9832-4745>. sharmilla.tsouza@gmail.com

²Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Docente do Departamento de Teoria e Prática da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM). <http://orcid.org/0000-0002-7666-7253>. solangefry@gmail.com



Resumen: El presente estudio tuvo por objetivo identificar las representaciones sociales de los profesores referentes a los alumnos con discapacidad intelectual. Ante a eso, emprendemos una revisión literaria en artículos y disertaciones publicadas entre los años 2013 a 2017. Como referencial teórico metodológico, nos respaldamos en la Teoría de las Representaciones Sociales de Moscovici. Verificamos que mayoritariamente los profesores representan los alumnos con discapacidad intelectual como especiales y con dificultades en aprendizaje, y la parcela minoritaria concuerda que sus alumnos tienen potencialidades que deben ser desarrolladas. Llegamos a la conclusión que es fundamental que haya reflexiones, discusiones y transformaciones en las concepciones y prácticas pedagógicas de los docentes en el proceso educativo.

Palabras-clave: Discapacidad Intelectual. Representaciones Sociales. Profesores. Alumnos. Inclusión.

Submetido 06/04/2020

Aceito 26/07/2020

Publicado 02/08/2020



Introdução

A Teoria das Representações Sociais (TRS) é um campo de conhecimento da Psicologia Social que permite elucidar a conduta dos indivíduos e de determinados grupos diante de situações do cotidiano. Formulada por Serge Moscovici, em 1961, essa teoria estuda acerca dos saberes sociais, permitindo a compreensão de como se constroem e como funcionam as referências que empregamos para categorizar pessoas, grupos e para analisar os eventos da realidade diária. Como bem argumenta Jovchelovitch (2011), a teoria possibilita a compreensão da produção dos saberes sociais, principalmente os produzidos no dia-a-dia e que pertencem ao mundo vivenciado.

Ribeiro e Jutras (2006, p.40) explicam que as representações sociais são conceitos produzidos pelos sujeitos tendo como base o seu cotidiano, concebidas “[...] durante as comunicações interpessoais dos grupos, para guiar os comportamentos e as práticas sociais [...]”. Ademais, vinculam-se aos preceitos, ações, anseios e convicções dos indivíduos (SOARES *et al.*, 2014).

Destacamos que a TRS tem sido frequentemente empregada no campo da Educação, segundo Alves-Mazzotti (2008), em virtude de suas associações com a linguagem, ideologia, o imaginário social e, especialmente, por seu papel na orientação de comportamentos e das práticas sociais. Nesse sentido, as representações integram elementos primordiais à análise dos mecanismos que influenciam no êxito do processo educativo. Por ser utilizada como guia teórico de análise, a teoria nos proporciona um instrumento de amplo potencial interpretativo para entendermos um objeto de estudo, visto que enseja a elucidação de diversos sistemas de significação que são produzidos e compartilhados por determinados grupos. Além do mais, favorece a constatação de percepções de grupos quanto a sua realidade, em dados momentos e contextos sociais.

Diante da pertinência da teoria no campo educacional, o objetivo geral do presente estudo foi identificar as representações sociais de professores a respeito dos alunos com deficiência intelectual. Como objetivos específicos, pretendemos: 1) realizar um estudo acerca das características das crianças com deficiência intelectual; 2) identificar os principais conceitos da Teoria das Representações Sociais e suas contribuições para a educação; 3) selecionar e analisar pesquisas que abordem as representações sociais de professores a respeito dos alunos



com deficiência intelectual. Neste sentido, a problemática que investigamos pode ser colocada da seguinte forma: Quais são as representações sociais de professores sobre alunos com deficiência intelectual?

É importante destacar que essa problemática está vinculada às inquietações advindas das nossas vivências durante o Estágio Supervisionado do curso de graduação em Pedagogia, uma vez que tanto na Educação Infantil quanto no Ensino Fundamental nos deparamos com situações nas quais os professores diziam não saber lidar com os alunos que possuíam deficiência intelectual e outras necessidades educacionais especiais.

Os alunos com deficiência intelectual possuem limitações em suas habilidades mentais gerais, e conseqüentemente atraso na aprendizagem e no desenvolvimento dos conteúdos escolares. Por essa razão, o docente exerce a tarefa de acreditar e investir no desenvolvimento e na aprendizagem de seus alunos, tendo ciência que suas crenças e representações podem gerar e oferecer ações de ensino desfavoráveis e empobrecidas por um lado, ou ações favoráveis e ricas de oportunidades por outro lado (MENDES, 2016).

Nesse âmbito, é fundamental a compreensão das representações do desenvolvimento integral dos estudantes pelos docentes. Crusoé (2004) justifica que ao compreender quais são as representações sociais de professores e de que forma estruturam suas práticas pedagógicas em decorrência de suas crenças e valores, é possível identificar em quais objetivos essas representações estão alicerçadas e a influência que exercem no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes.

Na busca por alcançar os objetivos de nosso estudo, realizamos uma revisão de literatura em artigos e dissertações das seguintes bases de dados: Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Google Acadêmico e Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Foram selecionados apenas os materiais escritos em português, publicados no período de 2013 a 2017.

Organizamos o artigo em quatro partes. Na primeira caracterizamos a Deficiência Intelectual e suas singularidades. Na segunda discutimos a Teoria das Representações Sociais e suas contribuições para o campo da educação. Na terceira analisamos, por meio da revisão de literatura, as representações sociais de professores a respeito dos alunos com deficiência



intelectual. Por último, nas considerações finais, tecemos as reflexões oriundas da realização deste estudo.

Deficiência Intelectual

Ao longo da história, as concepções e denominações acerca da deficiência intelectual sofreram modificações importantes. Pessotti (1984) aponta que a história registra diferentes formas de olhar os sujeitos com deficiência intelectual, passando pelo misticismo, abandono, extermínio, caridade, segregação, exclusão, integração e atualmente, o processo de inclusão. Assim, como afirma Sassaki (2003), os termos usados são expressões dos conceitos e valores vigentes em cada época e, por isso, vão se atualizando historicamente, na tentativa de acompanhar as mudanças sociais, isto é, foram se transformando e se ampliando, em consequência das alterações sucedidas nas sociedades.

Mendes (2016) afirma que a deficiência intelectual já recebeu diversas denominações, como: oligofrenia, palavra de origem grega, que significa pouco inteligente; retardo mental; atraso mental; deficiência mental entre outras. Recentemente, passou a ser denominada como deficiência intelectual.

No Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais da Associação de Psiquiatria Americana - DSM-V, (APA, 2014), a deficiência intelectual encontra-se classificada dentro dos transtornos do neurodesenvolvimento. Esses desequilíbrios se manifestam cedo no desenvolvimento, aparecendo, “[...] em geral, antes de a criança ingressar na escola, sendo caracterizados por déficits no desenvolvimento que acarretam prejuízos no funcionamento pessoal, social, acadêmico ou profissional” (APA, 2014, p. 65).

A deficiência intelectual é uma condição heterogênea com múltiplas causas, podendo ser genéticas, encontradas nas mais diversas síndromes: Síndrome de Down; Síndrome do Álcool Fetal; Síndrome do X-Frágil; Síndrome Cornélia de Lange; Síndrome Prader-Willi; Toxoplasmose Congênita, além das causas congênitas ou adquiridas (GONÇALVES; MACHADO, 2012).

No DSM-V (APA, 2014), o transtorno do desenvolvimento intelectual é caracterizado pelo estado de redução notável do funcionamento intelectual significativamente abaixo da média. Teddé (2012) pontua que essa redução no desenvolvimento cognitivo, normalmente

abaixo do esperado para a idade cronológica da criança ou adulto, resulta em um atraso cognitivo quanto às respostas esperadas para a idade e realidade sociocultural dos indivíduos.

O DSM-V (APA, 2014) estabelece três critérios que devem ser preenchidos para o diagnóstico da deficiência intelectual:

A - Déficits em funções intelectuais como raciocínio, solução de problemas, planejamento, pensamento abstrato, juízo, aprendizagem acadêmica e aprendizagem pela experiência confirmada tanto pela avaliação clínica quanto por testes de inteligência padronizados e individualizados. B - Déficits em funções adaptativas que resultam em fracasso para atingir padrões de desenvolvimento e socioculturais em relação à independência pessoal e responsabilidade social. Sem apoio continuado, os déficits de adaptação limitam o funcionamento em uma ou mais atividades diárias, como comunicação, participação social e vida independente, e em múltiplos ambientes, como em casa, na escola, no local de trabalho e na comunidade. C - Início dos déficits intelectuais e adaptativos durante o período do desenvolvimento (APA, 2014, p. 33).

Os déficits acarretam prejuízos no funcionamento adaptativo, de forma, que o indivíduo não consegue atingir padrões de independência pessoal e responsabilidade social em um ou mais aspectos da vida diária, incluindo comunicação, participação social, funcionamento acadêmico ou profissional e independência pessoal em casa ou na comunidade.

Quanto ao diagnóstico, Mendes (2016, p.36) reitera que é fundamental que seja realizado de maneira precisa e abrangente, contemplando as seguintes avaliações: intelectual, existência ou não de condições médicas associadas, transtornos mentais, emocionais e do funcionamento adaptativo, além da identificação de etiologias genéticas e não genéticas. Os componentes da avaliação podem incluir história médica pré-natal e perinatal, genograma familiar incluindo três gerações, exames físicos, avaliação genética, tal como triagem metabólica e investigação por neuroimagem (APA, 2014).

Portanto, o diagnóstico deve avaliar diversos aspectos que possibilitarão uma análise adequada. Efetuado de maneira precoce, pode contribuir para o desenvolvimento das crianças, uma vez que, com o laudo os sujeitos têm direito, além da matrícula em escolas de ensino regular, ao encaminhamento para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), em Salas de Recursos (SRM), que complementam a escolarização de educandos com deficiência



intelectual, física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e funcionais específicos (MORI; JACOBSEN, 2012; MENDES, 2016).

Dada a complexidade da deficiência intelectual é importante compreendermos, para aprofundarmos as discussões a respeito das representações sociais de professores sobre os alunos com essa deficiência.

A Teoria das Representações Sociais e suas contribuições para a Educação

A Teoria das Representações Sociais foi proposta por Serge Moscovici (1925-2014), psicólogo social romeno radicado na França. Este teórico iniciou os estudos desta proposição ao empregar o conceito de Representações Sociais (RS) em seu trabalho “La Psychanalyse, son image et son public”, publicado em 1961, no qual estudou a representação social da Psicanálise na França (CRUSOÉ, 2004).

No processo de elaboração de sua teoria Moscovici se apoiou nas Representações Coletivas de Émile Durkheim, contudo:

[...] Moscovici pensou com Durkheim e contra ele, dando-se conta de que na sociologia durkheimiana havia o perigo implícito de esquecer a força do que é coletivo (Durkheim sugeriu o termo Representações Coletivas) encontra a sua mobilidade na dinâmica social, que é consensual, é reificado, mas abre-se permanentemente para os esforços e sujeitos sociais, que o desafiam e se necessário o transformam (GUARESCHI; JOVCHELOVITCH, 2007, p. 19).

Nessa mesma linha de pensamento, Duran (2012, p. 241) afirma que “[...] enquanto Durkheim vê as Representações Sociais como formas estáveis de compreensão coletiva, Moscovici esteve mais interessado em explorar a variação e a diversidade das ideias coletivas nas sociedades modernas [...]”.

Jovchelovitch (2011) explica que a TRS busca esclarecer como acontece a construção e a transformação dos saberes em relação aos diversos contextos sociais. Na ótica da autora, a teoria está especialmente dirigida aos saberes produzidos na e pela vida cotidiana, ou seja, ao conhecimento de senso comum.



Nas palavras de Jovchelovitch (2011), a representação se explica como “representante mental” do objeto reelaborado simbolicamente, e, por ser resultado do ato de pensar, esta (a representação), apresenta traços da expressão do sujeito e de sua atividade.

As representações sociais são “[...] os conhecimentos que acumulamos a partir de nossa experiência, das informações, saberes e modelos de pensamento que recebemos e transmitimos pela tradição, pela educação e pela comunicação social” (COSTA; ALMEIDA, 1999, p. 256). As autoras reconhecem que essas representações são construídas pelo indivíduo, mas “[...] sua origem é social, e mais, seu destino também é social”.

Com a finalidade de explicitar e, conseqüentemente, de entender como são concebidas as representações, Moscovici (2015) postula que as representações sociais possuem dois processos que se articulam e são indissolúveis: a objetivação e a ancoragem, sendo que estes acontecem simultaneamente.

De acordo com Alves-Mazzotti (2008), a objetivação tem por finalidade transformar concepções e opiniões em esquemas e imagens concretas que se transformam em “supostos reflexos do real”. A objetivação depende dos condicionantes culturais, do acesso distinto às informações devido à inserção social dos indivíduos, e dos sistemas de valores do grupo. Moscovici (2015) declara que a ancoragem, por sua vez, introduz uma gama de significados acerca de um objeto e o relaciona com valores e ações sociais, possibilitando analisar como o funcionamento do sistema cognitivo pode interferir no social e vice-versa. O principal objetivo da ancoragem é, assim, facilitar a interpretação de características, a compreensão de intenções e motivos subjacentes às ações das pessoas, na realidade, formar opiniões (MOSCOVICI, 2015).

Em outras palavras Alves-Mazzotti (2008), afirma que no processo de objetivação acontece o movimento de materializar uma abstração, o que foi antes classificado e nomeado assume uma qualidade icônica. Conforme foram ancorados, tais ícones se tornam representações positivas ou negativas da realidade, do objeto ou de algo representado. Nesse sentido, os processos de objetivação e ancoragem são complementares e interdependentes, enquanto o primeiro cria a realidade em si, o segundo lhe dá significação.

Para Abric (2000), as representações têm papel fundamental na dinâmica das relações e práticas sociais, visto que, orientam as condutas e as ações, além de determinarem o que é lícito,



tolerável ou inaceitável em um determinado cenário social. O autor vai além ao destacar que essas representações permitem a justificativa de tomadas de decisões, posições e comportamentos, defendendo que as representações que fazemos de algo antecedem nossa ação, ou seja, a representação tem função antecipatória. Nesse sentido, “[...] a representação é um guia para a ação, ela orienta as ações e as relações sociais” (ABRIC, 2000, p. 28).

Como afirma Crusoé (2004), em virtude da influência das representações sociais na orientação de condutas e práticas sociais, a teoria em questão tem sido aplicada no tratamento de muitos fenômenos sociais, para entender como se formam as referências empregadas para rotular os fatos do cotidiano, dentre eles, os educacionais. Alves-Mazzotti (2008) ressalta que a TRS como ferramenta de contribuição para a educação permite alcançar melhorias no processo de ensino das escolas e ajuda a identificar como um conhecimento é difundido no âmbito educacional, através da dinâmica entre sua esfera política e social.

As representações sociais orientam a prática dos sujeitos coletivos, inseridos em um espaço social e em interação com outros indivíduos (JODELET, 2001). O espaço escolar é um universo em que circulam distintas referências, as quais, por seu turno, orientam as práticas educativas. Portanto, “[...] as pesquisas a partir dessa perspectiva abrem possibilidades de verificação das práticas escolares, tomando como ponto de partida o conteúdo das representações” (CRUSOÉ, 2004, p. 114).

Albuquerque (2007) reitera a importância da noção de representação social como possibilidade de analisar de maneira detalhada aspectos e mecanismos que permeiam e influenciam o contexto escolar, os conhecimentos e as práticas pedagógicas dos docentes. Nessa perspectiva, nosso interesse consiste em investigar o que apontam as produções científicas sobre as representações sociais de docentes acerca dos alunos com deficiência intelectual.

As representações sociais de professores a respeito de alunos com deficiência intelectual

Para alcançar os objetivos do estudo, por meio da revisão de literatura, foram analisados artigos e dissertações publicados entre os anos de 2013 a 2017 escritos em português. Para tanto, buscamos publicações nos Periódicos da Capes, Google Acadêmico e Scientific Electronic Library Online (SCIELO), utilizando os descritores: “representações sociais”, “professores”, “deficiência intelectual” e “inclusão”. Entre os critérios apresentados para a seleção dos



materiais, além do indicador cronológico citado, utilizamos apenas estudos científicos que tivessem como referencial teórico a Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici e de seus discípulos, buscando compreender como alunos com deficiência intelectual são representados pelos professores.

Em nossas buscas foram identificadas oito referências. A partir da leitura atenta e sistemática de todo material encontrado foi realizada uma seleção dos trabalhos que efetivamente abordavam a temática do nosso estudo, isto é, representações sociais de docentes acerca do aluno com deficiência intelectual. Desses 8 estudos, 2 foram excluídos da análise porque não correspondiam aos objetivos da pesquisa.

A seguir, apresentamos no quadro 1, os estudos encontrados e suas devidas informações.

Ano	Autores	Título	Objetivo	Participantes
2013	AZEVEDO, Kátia Rosa.	“A escolarização do estudante com Deficiência Intelectual nas representações sociais de professores no ensino médio”.	O objetivo da pesquisa foi averiguar as representações sociais de um grupo de docentes, atuantes no ensino médio em escolas públicas de Brasília, com relação à inclusão de alunos com deficiência intelectual, a fim de relacionar as representações com a experiência e formação desses professores.	Participaram dessa pesquisa na primeira fase 115 professores de 11 escolas públicas de Brasília, posteriormente apenas profissionais que declararam ter formação em educação inclusiva. Na segunda fase participaram 9 professores.
2014	BARBOSA, Kátia Aparecida Marangon.	“Representações sociais de professores dos anos finais do ensino fundamental sobre a aprendizagem de estudantes com Deficiência em escolas inclusivas”.	Seu objetivo foi refletir acerca das implicações das representações no processo de inclusão e escolarização de alunos com deficiência.	Essa pesquisa envolveu 68 professores que trabalham com estudantes com deficiência em escolas públicas do Distrito Federal.
2015	CUNHA, Antônio Eugênio	“Representações Sociais de professores acerca da inclusão escolar: elementos para uma discussão das práticas de ensino”.	O estudo teve a finalidade de investigar as representações sociais de professores a respeito da inclusão escolar.	Participaram do estudo 12 professores de alunos com necessidades educacionais especiais em suas classes, que atuam em duas escolas públicas e duas particulares dos municípios de Niterói e Itaboraí, no Estado do Rio de Janeiro.
2016	MENDES, Cristina Beda de Queiroz	“Práticas inclusivas e representações sociais do aluno com Deficiência Intelectual (D.I.)”.	Reconhecer as concepções dos docentes quanto às características e práticas pedagógicas, para a inclusão dos alunos com deficiência intelectual.	O estudo envolveu 78 professores, locados em escolas municipais da rede regular de ensino do município de Porto Nacional, Tocantins, do ensino fundamental da zona urbana.



2017	PAGANOTTI, Emille Gomes	“Representações sociais de professores do ensino fundamental I em exercício: os sentidos no contexto da (s) diferença (s)”.	Identificar as representações dos professores no contexto da inclusão escolar, especialmente de alunos com deficiência física, auditiva, intelectual, visual ou múltipla.	Participaram 86 professores da rede municipal de Rio Claro - São Paulo que atuam na sala regular e 17 professores especialistas.
2017	ALMEIDA, Sabrina Araújo de; MENDES, Cristianne Beda de Queiroz; CAMPOS, Pedro Humberto Faria.	“Práticas educativas e as representações sociais elaboradas por professores sobre alunos com déficit intelectual, dificuldades de aprendizagem e o transtorno do espectro autista”.	O estudo teve como objetivo investigar as representações sociais de professores sobre três diferentes objetos: o aluno com Deficiência Intelectual, Dificuldades de Aprendizagem e o Transtorno do Espectro Autista.	Essa pesquisa foi dividida em dois estudos, no primeiro participaram 78 professores do município de Porto Nacional, em Tocantins. No segundo participaram 243 professores dos municípios de Barra do Pirai/RJ, João Pessoa/PB, Juiz de Fora/MG e Pirai/RJ.

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base nos artigos e dissertações pesquisadas nos Periódicos da Capes, Google Acadêmico e Scientific Eletronic Library Online (SCIELO), 2019.

O primeiro estudo, intitulado “A escolarização do estudante com Deficiência Intelectual nas representações sociais de professores no ensino médio”, é uma dissertação de Kátia Rosa de Azevedo (2013). O estudo teve o objetivo de averiguar as representações sociais de um grupo de docentes, atuantes no ensino médio em escolas públicas de Brasília (DF), com relação à inclusão de alunos com deficiência intelectual, a fim de relacionar as representações com a experiência e formação desses professores.

Participaram da pesquisa, na primeira fase, 115 professores do ensino médio de escolas públicas de Brasília, que atuam nas mais diversas áreas do conhecimento (ciências da natureza, códigos e linguagem, ciências humanas ou ciências sociais), na segunda fase apenas 9 profissionais que afirmaram ter formação em educação inclusiva. Na coleta de dados foram utilizados dois instrumentos: o teste de associação livre de palavras e a entrevista semiestruturada.

Os resultados apontaram que os professores participantes da pesquisa têm representações distintas acerca dos alunos com deficiência intelectual. A maioria apoiou-se nas representações de que os alunos supracitados são especiais, imperceptíveis, o que resulta em desafios e dificuldades no processo educativo em sala de aula. Além, de terem consigo o sentimento de medo, impotência, preocupação e desmotivação para a realização de mudanças, uma vez que, reconhecem que os conhecimentos que possuem não favorecem os avanços



cognitivos desses educandos. Outros profissionais, com formação em educação inclusiva, afirmaram que inicialmente tiveram dificuldades e desafios, porém ao superá-los, o sentimento foi de realização e de melhor compreensão acerca das reais possibilidades e potencialidades de atuação.

A autora concluiu que o trabalho de escolarização com alunos que possuem deficiência intelectual vem impactando os professores do ensino médio. Para a maioria dos profissionais, a experiência é compartilhada mediante práticas pedagógicas de lamentação, não potencializando as capacidades de desenvolvimento desse grupo de alunos, dito de outra forma, perpetua-se uma representação social na ideia de dificuldade e inalterabilidade da deficiência. Ademais, a pesquisadora constatou que os docentes com formação em educação inclusiva têm representações centradas nas possibilidades e potencialidades de seus alunos, reconhecendo que os mesmos têm capacidades de desenvolvimento e aprendizagem.

O segundo estudo, denominado “Representações sociais de professores dos anos finais do ensino fundamental sobre a aprendizagem de estudantes com deficiência em escolas inclusivas” é uma dissertação de Kátia Aparecida Marangon Barbosa (2014), realizada com 68 professores que trabalhavam com estudantes com deficiência em escolas públicas do Distrito Federal.

A pesquisa teve como objetivo refletir acerca das implicações das representações no processo de inclusão e escolarização de alunos com deficiência. Para concretização do trabalho de coleta de dados utilizou-se uma estratégia combinada de procedimentos e instrumentos em duas etapas: na primeira, a aplicação do questionário sociodemográfico e o teste de associação livre de palavras; na segunda, a realização de entrevistas semi-dirigidas.

Os resultados da pesquisa revelaram que no ambiente escolar ainda se tem a representação da deficiência como algo limitador para a aprendizagem, uma vez que, está alicerçada nas crenças, costumes e tradições disseminados ao longo da história, isto é, a deficiência associada à ausência de capacidades. Nesse sentido, ao se depararem com alunos com deficiência intelectual em sala de aula, os professores tomam como hipótese e pré-requisito a necessidade de inicialmente se qualificarem, para posteriormente, atuarem com os referidos alunos. Além disso, a pesquisadora expõe que os profissionais relataram que têm o



discernimento de que a aprendizagem é um processo construído cotidianamente, assim, estão convictos de que seus alunos têm potencialidades para aprender.

Barbosa (2014) chegou à conclusão de que as práticas educativas com os estudantes com deficiência intelectual requerem revisões por parte dos professores, em aspectos que mobilizam o cotidiano no ambiente escolar e na articulação entre teoria e prática, o que por sua vez, propicia uma educação de qualidade com qualquer grupo de alunos. A autora, também reconhece que o objetivo de sua investigação foi alcançado, contudo, outros questionamentos e perguntas surgiram, demandando assim, novas pesquisas e reflexões.

O terceiro estudo, titulado “Representações sociais de professores acerca da inclusão escolar: elementos para uma discussão das práticas de ensino” é um artigo de Antônio Eugenio Cunha (2015). O autor teve a finalidade de investigar as representações sociais de professores a respeito da inclusão escolar.

Participaram da pesquisa 12 professores de alunos com necessidades educacionais especiais em suas classes, atuantes em duas escolas públicas e duas particulares dos municípios de Niterói e Itaboraí, no estado do Rio de Janeiro. Os dados foram obtidos por meio da observação de campo e registro das interações dos professores com os alunos incluídos em comparação com educandos regulares.

Os resultados da pesquisa demonstraram que quando as condutas dos alunos não alcançam os padrões esperados, os profissionais de forma similar se deparam com dificuldade no processo de ensino e aprendizagem. Nesse âmbito, as dificuldades encontradas pelos professores, não têm origem somente na falta de conhecimentos acerca da deficiência intelectual, mas também, em virtude da ausência de conhecimento sobre os processos de aprendizagem, perante as diferentes circunstâncias escolares e adversidades comportamentais.

O autor concluiu que os professores, diante das carências encontradas em suas condições de trabalho e em sua formação, não veem muitas alternativas de ensino, recorrendo a práticas pedagógicas orientadas pelo modelo de integração e fundamentadas na normalização, isso privilegia a permanência em sala de aula somente dos estudantes mais hábeis. Cunha (2015) justifica que diante desse cenário, as representações sociais dos professores são construídas e têm impacto sobre suas práticas.

O quarto estudo, nomeado “Práticas inclusivas e representações sociais do aluno com deficiência intelectual (D.I)” é uma dissertação de Cristianne Beda de Queiroz Mendes (2016), cujo objetivo foi reconhecer as concepções dos docentes quanto às características e práticas pedagógicas, para a inclusão de alunos com deficiência intelectual. O estudo envolveu 78 professores, locados em escolas municipais da rede regular de ensino do município de Porto Nacional, Tocantins, do Ensino Fundamental da zona urbana. Para a coleta de dados foram utilizadas entrevistas semidiretiva e questionário.

Os resultados apontaram que os professores participantes da pesquisa demonstraram ter falta de conhecimentos referentes às características e reais limitações e potencialidade de desenvolvimento dos alunos com deficiência intelectual. Sob esse prisma, as representações sociais desses alunos estão em construção, e pautadas na concepção de que são desatentos e agitados, apresentando dificuldades, na escrita, leitura e sociais. Nesse sentido, os profissionais direcionam suas práticas pedagógicas orientadas por diretrizes educacionais que, por sua vez, encaminham os estudantes para a sala de recursos. A maioria dos professores tem suas ações pedagógicas pautadas em experiências e vivências que o cotidiano com os alunos aludidos proporciona, resultando na ausência de conhecimentos científicos.

Mendes (2016) concluiu que os dados da pesquisa apontam a importância da formação dos professores na transformação das representações sociais, contribuindo para as mudanças dos sistemas simbólicos que esses profissionais compartilham e perpassam entre si, e assim possibilitar o desenvolvimento de novas ações pedagógicas no ambiente escolar.

O quinto estudo, intitulado “Representações sociais de professores do ensino fundamental I em exercício: os sentidos no contexto da (s) diferença (s)” é uma dissertação de Emille Gomes Paganotti (2017). O estudo teve como objetivo identificar as representações dos professores no contexto da inclusão escolar, especialmente de alunos com deficiência física, auditiva, intelectual, visual ou múltipla. Participaram da pesquisa 86 professores da rede municipal de Rio Claro - São Paulo que atuam na sala regular e 17 professores especialistas. Para a coleta de dados foi utilizado um questionário.

Os resultados da pesquisa mostraram que os alunos com deficiência intelectual são frequentemente atendidos por professores da sala regular. As representações sociais dos professores a respeito desses alunos estão centradas nas dificuldades e possibilidades



encontradas para o trabalho e aprendizagem em sala de aula. Os professores alegam que os estudantes com deficiência em comparação com os demais alunos possuem dificuldades no trabalho e na adaptação dos materiais didático-pedagógicos. Também foi constatado que os profissionais têm dificuldades e falta de conhecimentos sobre as reais possibilidades de efetivação da inclusão escolar de alunos com deficiência.

A autora concluiu que as representações dos docentes dizem respeito ao que pensam e estão ancoradas nas influências que recebem de seu grupo de trabalho, da instituição e das orientações que recebem da Secretaria Municipal de Educação.

O sexto estudo, denominado “Práticas educativas e as representações sociais elaboradas por professores sobre alunos com déficit intelectual, dificuldades de aprendizagem e o transtorno do espectro autista”, é um artigo de Sabrina Araújo de Almeida, Cristianne Beda de Queiroz Mendes e Pedro Humberto Faria Campos (2017). O estudo teve como finalidade investigar as representações sociais de professores sobre três diferentes objetos: o aluno com deficiência intelectual, dificuldades de aprendizagem e o Transtorno do Espectro Autista.

A pesquisa foi dividida em dois estudos, no primeiro participaram 78 professores do município de Porto Nacional, em Tocantins, no segundo participaram 243 professores dos municípios de Barra do Piraí/RJ, João Pessoa/PB, Juiz de Fora/MG e Piraí/RJ. A coleta de dados aconteceu por meio da aplicação de questionários.

Os resultados da pesquisa demonstraram que nas representações sociais dos professores sobre seus alunos com deficiência intelectual, estes são vistos como desatentos, agitados, com dificuldades de aprendizagem e socialização. Para os professores, o foco do trabalho docente junto aos estudantes aludidos está centrado na tentativa de sanar as dificuldades escolares e, para isso, recorrem às diversas atividades paralelas e de reforço. Nesse sentido, essa prática é uma tentativa de inclusão escolar, embora os profissionais não acreditem que a aprendizagem seja concretizada.

Os autores concluem que os dados deste trabalho evidenciam que os professores da rede regular de ensino têm o discernimento da necessidade de serem pensadas novas práticas pedagógicas no contexto escolar com os alunos com deficiência, todavia, ressaltam que essas práticas devem ser realizadas por profissionais com formação especializada. Destacam, ainda, que os profissionais admitem que precisam buscar a inserção do aluno com deficiência



intelectual no contexto escolar, mas consideram de fundamental importância a parceria com a equipe multidisciplinar.

As análises das pesquisas descritas neste estudo possibilitaram a identificação das representações sociais sobre nosso objeto de estudo. Nos estudos analisados há predominância da ideia de que a deficiência intelectual atua como limitador no processo de ensino e aprendizagem daqueles que possuem tal transtorno. A parcela majoritária de docentes acredita que os indivíduos com a deficiência supramencionada são incapazes e possuem dificuldades concernentes à leitura, escrita, socialização e aprendizagem sistemática geral. Nessa conjuntura, o fato de um aluno ter deficiência intelectual, por vezes, pode contribuir para que os docentes não invistam em intervenções pedagógicas com esse aluno, por não acreditar em seu potencial para aprender.

No que diz respeito à parcela minoritária de participantes das pesquisas analisadas, se observou que estes possuem discernimento de que a aprendizagem é fruto de um processo de construção cotidiana, crendo assim nas potencialidades de aprendizagem dos estudantes.

Alves-Mazzotti (2008) evidencia que a aplicação da TRS é oportuna na esfera educacional, na medida em que, através de suas relações com a linguagem, com a ideologia, com o imaginário social e, principalmente, por seu papel na orientação de condutas e práticas sociais, as representações nos possibilitam analisar a realidade, fomentando elementos primordiais à análise dos mecanismos que intervêm na eficiência do processo educacional. Para mais, oportuniza a constatação de concepções de grupos quanto a sua realidade, em dado momento histórico e social.

Considerações Finais

No presente estudo, conforme planejamos, buscamos identificar as representações sociais dos professores a respeito de alunos com deficiência intelectual. Para tanto, empregamos uma revisão de literatura, por meio da qual foram coletados e analisados dados atinentes ao nosso objeto de estudo. Sob essa perspectiva, a TRS por ser utilizada como guia teórico de análise, nos proporciona um instrumento de amplo potencial interpretativo para compreendermos o objetivo contemplado neste estudo, viabilizando a elucidação de inúmeros



sistemas de significação que são construídos e compartilhados por determinado grupos, como afirma Alves-Mazzoti (2008).

A partir dos resultados das pesquisas identificadas e analisadas chegamos à conclusão que as representações sociais dos professores a respeito de alunos com deficiência intelectual estão diretamente relacionadas às suas experiências cotidianas com esses educandos. Além disso, os professores carecem de conhecimentos referentes às singularidades e reais limitações e potencialidades de desenvolvimento dos estudantes com deficiência intelectual.

É importante ressaltar, que majoritariamente esses profissionais têm consigo a representação de um discente incapaz de se desenvolver e aprender. Os docentes relataram sentimentos de medo, angústia ou receio e preocupação ao trabalharem com os alunos, tal dado é pertinente, pois esses profissionais acabam desmotivados para a realização de transformações em suas ações pedagógicas, uma vez que admitem que a formação que possuem não oportunizam avanços e uma educação adequada para o grupo social abordado. Destacamos ainda que, identificamos que um grupo minoritário de professores, se depara com dificuldades e desafios perante esses estudantes, porém acreditam nas capacidades e potencialidades de seus alunos, sob essa ótica procuram realizar um trabalho pedagógico que promova a aprendizagem e o desenvolvimento acadêmico deles.

Nesse contexto, o estudo das representações sociais dos professores sobre os alunos com deficiência intelectual, é relevante no sentido de trazer para a academia o tema, a fim de que possa haver reflexões e discussões que fomentem mudanças nas concepções e práticas pedagógicas dos docentes sobre o processo educativo.

Almejamos que o estudo possa fornecer subsídios para a área da educação e formação de professores. Ademais, que possa contribuir para a construção de representações mais coerentes que contribuam na relação entre o professor e o aluno com deficiência intelectual, colaborando de fato para o desenvolvimento e na busca por uma educação de qualidade. Salientamos que este estudo não esgota o assunto, tornando-se necessário a realização de novas pesquisas, com o propósito de desvelar as representações sociais que os docentes carregam acerca da deficiência intelectual e a maneira como organizam suas práticas pedagógicas.



Referências

ABRIC, Jean Claude. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, Antonia Silva Paredes; OLIVEIRA, Denize Cristina de.(Org.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. 2. ed. Goiânia: AB, 2000. p. 27-37.

ALBUQUERQUE, Ednea Rodrigues de. Sobre a Teoria das Representações Sociais. In: ALBUQUERQUE, Ednea Rodrigues de. **Inclusão de alunos com deficiência nas representações sociais de suas professoras**. 2007. 182f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. p. 57-71.

ALMEIDA, Sabrina Araújo de; MENDES, Cristianne Beda de Queiro; CAMPOS, Pedro Humberto Faria. Práticas educativas e as representações sociais elaboradas por professores sobre alunos com déficit intelectual, dificuldades de aprendizagem e o transtorno do espectro autista. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 35, p.138-168, 2017.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Representações Sociais: Aspectos Teóricos e Aplicações à Educação. **Revista múltiplas leituras**, São Paulo, v.1, n.1, p.18-43, jan./jun. 2008.

ASSOCIAÇÃO DE PSIQUIATRIA AMERICANA (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM-V)**. 4. ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2014.

AZEVEDO, Kátia Rosa. **A escolarização do estudante com deficiência intelectual nas representações sociais de professores de ensino médio**. 2013.169f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2013.

BARBOSA, Kátia Aparecida Marangon. **Representações sociais de professores dos anos finais do ensino fundamental sobre a aprendizagem de estudantes com deficiência em escolas inclusivas**. 2014. 159f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2014.

COSTA, Wilse Arena da; ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira. Teoria das representações sociais: uma abordagem alternativa para se compreender o comportamento cotidiano dos indivíduos e dos grupos sociais. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 8. n. 13. jan./jun. 1999.

CRUSOÉ, Nilma Margarida de Castro. A teoria das representações sociais em Moscovici e sua importância para a pesquisa em educação. **Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, Vitória da Conquista, Ano II, n. 2, p.105- 114, 2004.

CUNHA, Antônio Eugenio. Representações sociais de professores acerca da inclusão escolar: elementos para uma discussão das práticas de ensino. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, XII., 2015, Curitiba. **Anais...** Curitiba, 2015. p. 14402- 14417. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22342_11492.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2019.

DURAN, Marília Clarete Geraes. Representações sociais: uma instigante leitura com Moscovici, Jodelet, Marková e Jovchelovitch. **Educação & Linguagem**, v. 15, n.25, p.228-243, 2012. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/view/3354> Acesso em: 30 jul. 2019.



GONÇALVES, Ângela; MACHADO, Andréa Carla. A importância das causas na deficiência intelectual para entendimento das dificuldades escolares. In: GONÇALVES, Ângela; MACHADO, Andréa Carla. **Deficiência intelectual: realidade e ação**. Secretaria da Educação. Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado – CAPE. São Paulo: SE, 2012. p. 65-83.

GUARESCHI, Pedrinho Arcides; JOVCHELOVITCH, Sandra. Textos em representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho Arcides. **Prefácio**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 7-25.

JODELET, Denise. Os processos psicossociais da exclusão. In: SAWAIA, Bader. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001. p. 53-66.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura**. Trad. Pedrinho Guareschi. 2. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2011.

MENDES, Cristianne Beda de Queiroz. **Práticas Inclusivas e Representações Sociais do Aluno com Deficiência Intelectual (D.I)**. 2016. 146f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, PUC Goiás, Goiânia, 2016.

MORI, Nerli Nonato Ribeiro; JACOBSEN, Cristina Cerezuela. Fundamentos da Educação Especial. In: SHIMAZAKI, Elsa Midori; MORI, Nerli Nonato Ribeiro. **Atendimento educacional especializado no contexto da educação básica**. Maringá: Eduem, 2012. p. 31-40.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 11. ed. Trad. Pedrinho Arcides Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

PAGANOTTI, Emille Gomes. **Representações sociais de professores do ensino fundamental I em exercício: os sentidos no contexto da (s) diferença (s)**. 2017. 103f. Dissertação (Mestrado em Educação), Instituto de Biociências do Câmpus de Rio Claro - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2017.

PESSOTTI, Isaías. **Deficiência Mental: da superstição à ciência**. São Paulo: EDUSP, 1984.

RIBEIRO, Marinalva Lopes; JUTRAS, France. Representações sociais de professores sobre afetividade. **Estudos de psicologia**, Campinas, v.23, n.1, p.39-45, 2006.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Vida independente: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos; reabilitação, emprego e terminologia**. São Paulo: RNR, 2003.

SOARES, Larissa de Souza et al. Um olhar sobre as representações sociais dos professores do Ensino Fundamental I com relação às dificuldades de aprendizagem. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E INCLUSÃO. **Anais...**2015. v.1, n.1, 2014.

TEDDÉ, Samantha. Deficiência. In: TEDDÉ, Samantha. **Crianças com Deficiência Intelectual: a aprendizagem e a inclusão**. 2012. 99f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro Universitário Salesiano de São Paulo, 2012. p. 19-30.